

O SERTÃO TOMA ARES:
Modernização conservadora em Mário Palmério (1951–
1962)

EL SERTÃO TOMA UN NUEVO AIRE:
Modernización conservadora en Mário Palmério (1951–
1962)

JOÃO PEDRO PASSOS DE BARROS BORGES¹

Data em que o trabalho foi recebido: **04/03/2026**

Data em que o trabalho foi aceito: **16/06/2026**

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e-mail: passospbb@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3365-4997>.

O SERTÃO TOMA ARES

Modernização conservadora em Mário Palmério (1951–1962)

RESUMO

Este artigo investiga as contradições do projeto desenvolvimentista e os limites do trabalhismo no Brasil Central durante a década de 1950. O objetivo central é analisar a produção política e intelectual do deputado Mário Palmério, desvelando como a retórica da emancipação regional do Triângulo Mineiro operou de modo assimétrico entre os trabalhadores e os criadores de gado zebuino. Metodologicamente, a pesquisa triangula três feixes de fontes primárias, interpretados sob a chave analítica dos aparelhos de hegemonia: os discursos parlamentares do líder do PTB, sua monografia redigida na Escola Superior de Guerra (ESG) e os diagnósticos territoriais da Revista de Geografia do IBGE. Ancorado na sociologia paulista e na crítica anticolonial, o estudo demonstra que Palmério atuou como um intelectual orgânico do latifúndio; ao arregimentar o povo apenas como cancelador passivo de pautas corporativistas, ele esvaziou o conteúdo reformista e classista de sua legenda. Conclui-se que, nesse território, a "ideologia do subdesenvolvimento" sofreu um agudo processo de transformismo molecular; ela foi sequestrada e instrumentalizada para propagar a "modernização conservadora", estruturando uma engrenagem produtivista que reatualizou lógicas neocoloniais de expropriação e contribuiu para sedimentar a aliança empresarial-militar responsável pela ruptura institucional de 1964.

Palavras-chave: Triângulo Mineiro. Trabalhismo. Mário Palmério.

EL SERTÃO TOMA UN NUEVO AIRE

Modernización conservadora en Mário Palmério (1951–1962)

RESUMEN

Este artículo investiga las contradicciones del proyecto desarrollista y los límites del laborismo en el centro de Brasil durante la década de 1950. El objetivo central es analizar la producción política e intelectual del diputado Mário Palmério, revelando cómo una retórica de emancipación regional en la región del Triángulo Mineiro operó asimétricamente entre trabajadores y ganaderos de cebú. Metodológicamente, la investigación triangulariza tres conjuntos de fuentes primarias, interpretadas bajo la clave analítica de los aparatos hegemónicos: los discursos parlamentarios del líder del PTB, su monografía escrita en la Escuela Superior de Guerra (ESG) y los diagnósticos territoriales de la Revista de Geografía del IBGE. Anclado en la sociología de São Paulo y la crítica anticolonial, el estudio demuestra que Palmério actuó como un intelectual orgánico de la latifundia; al involucrar al pueblo solo como receptores pasivos de agendas corporativistas, vació el contenido reformista y de clase de su partido. Se puede concluir que, en este territorio, la "ideología del subdesarrollo" sufrió un agudo proceso de transformación molecular; fue secuestrada e instrumentalizada para propagar la "modernización conservadora", estructurando un mecanismo productivista que reactualizó las lógicas neocoloniales de expropiación y contribuyó a consolidar la alianza entre empresas y militares responsable de la ruptura institucional de 1964.

Palabras-claves: Triângulo Mineiro. Laborismo. Mário Palmério.

INTRODUÇÃO

Mário Palmério (1916–1996), nascido em Monte Carmelo (MG), formou-se em Direito e tornou-se romancista antes de ingressar na vida pública. Eleito deputado federal pelo PTB em 1950, exerceu três mandatos consecutivos entre 1951 e 1962, período em que conjugou a atuação parlamentar com sua formação na Escola Superior de Guerra (1955) e a publicação de *Vila dos Confins* (1956).

A historiografia sobre o trabalhismo regional tende a supor que lideranças do PTB, mesmo distantes da cúpula getulista, operaram como vetores de uma vontade popular de modernização. O caso de Palmério, contudo, levanta um problema: como compreender um deputado trabalhista cuja atuação parlamentar e intelectual, examinada em suas fontes primárias, parece sistematicamente silenciar as demandas dos trabalhadores em favor da pecuária de elite? Este artigo parte dessa contradição para investigar os limites do trabalhismo como interpretação historiográfica de representação popular no Brasil Central, retomando conceitos da sociologia paulista e do debate sobre o populismo.

Em *Vila dos Confins*, o deputado constrói um lugar ficcional situado no território das fronteiras, nos "confins" das divisões estaduais. O sertão de Confins é, por isso, intimamente associado ao sertão de Uberaba. Essa simbiose deve-se tanto à localização geográfica estratégica da cidade, no Triângulo Mineiro, limitando-se com São Paulo e Goiás, quanto às profundas verossimilhanças entre a realidade da região e a ficção, a exemplo da centralidade do gado zebuíno.

Mas as fazendas se vão abrindo, mais e mais, as lavouras jogam o mato no chão, tomam conta das baixadas, esgotam varjões. Gado de criar povoa os campos, arame farpado fecha os primeiros pastinhos de bezerro, aroeira em pé esquadra currais de bois. Gente de fora chega: povo de chapéu, uns até de botina. E vem machado e vem foice, laço, enxada, facão. Rancho, esse se faz de pau a pique rebocado à tabatinga, rancho de porta e janela, com horta de couve e chiqueiro. Povo e bicho de fora: galo músico, galinha garnisé, cachorro paqueiro, cachorro onceiro, cachorro veadeiro. O sertão toma ares. (Palmério, 2019, p. 130)

O gado zebuíno aparece na história resgatando a memória das primeiras importações do animal pelos uberabenses, mas sua função na narrativa é *sine qua non*. Curiosamente, apesar de sua filiação ao PTB, Palmério não dirige sua crítica à estrutura latifundiária ou à atividade econômica. Pelo contrário, a agropecuária condensa o ideal de modernidade. Na visão do autor, o avanço das fazendas, as cercas e a chegada do zebu representam uma força civilizatória que tira o sertão do isolamento (fazendo com que ele "tome ares"). O alvo de sua crítica é restrito ao campo institucional:

o que é retrógrado não é a fazenda, mas as velhas práticas políticas de dominação regional, a fraude e o coronelismo.

O arco narrativo, que se inicia com a figura do mulato mascate paulista trazendo mercadorias e atravessando a barreira dessas práticas políticas arcaicas, culmina com a esperança projetada no zebu como vetor do progresso econômico. A tensão que atravessa a trama, portanto, não é a oposição entre capital e trabalho no campo, mas o descompasso entre uma economia que se moderniza celeremente e uma estrutura política que insiste em permanecer no passado.

As tensões sobre o Brasil moderno, contudo, não se resumem à figura de Mário Palmério; ao contrário, ele e sua obra inserem-se no amplo debate das transformações do século XX. Sob a ótica do "imaginário trabalhista", a busca pela modernidade não era apenas um projeto de cúpula, mas integrava uma profunda vontade popular de superação do atraso (Ferreira, 2005). Assim como as massas viam no trabalhismo a esperança de romper com o "tempo de antes" (marcado pela exclusão e pelo arbítrio oligárquico), o romance projeta essa mesma ânsia no sertão. A celebração do zebu e da abertura das fazendas reflete, portanto, a crença coletiva de que o desenvolvimento econômico despontava como a grande força civilizatória, capaz de varrer as práticas políticas retrógradas e integrar, definitivamente, os confins do país ao compasso da modernidade.

O livro é temporalmente situado junto à trajetória política do deputado Mário Palmério. O período da "curta experiência democrática" de 1946–1964 é tido pela historiografia revisionista como aquele que goza de um pluripartidarismo real, com representação ativa das diversas forças da sociedade. Nesse cenário, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) — que inicialmente organizou um sólido bloco de aliança com o Partido Social Democrático (PSD) — passou por um processo de deterioração contínua dessa parceria. Esse distanciamento ocorreu à medida que o trabalhismo se desvinculava da figura estrita do getulismo para emergir como uma cultura política autônoma, encampando um projeto de reformas modernizantes e estruturais e abrigando, em sua legenda, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na ilegalidade (Delgado, 2003).

Entretanto, cabe ressaltar que a própria interpretação revisionista, a despeito de seus méritos ao deslocar o foco do Estado para os atores sociais, arrisca identificar excessivamente os grupos subalternos com as instâncias governamentais, subestimando o potencial autônomo de sua práxis. Há indícios consistentes de que o corporativismo estatal tenha sido uma marca indelével da época, de modo que a ação das classes subalternas multiplicou sua agitação direta contra o capital e o próprio Estado, desafiando abertamente as decisões da Justiça do Trabalho e os acordos coletivos que frequentemente sopesavam a favor do patronato (Mattos, 2009).

É nesse contexto que o presente trabalho e os "confins" que demarcam a atuação regionalizada de Mário Palmério permitem rearticular o debate sobre a formação do Estado brasileiro. Em vez de presumir, com a historiografia revisionista, que esses aparelhos de hegemonia traduzem uma agência popular efetiva, o presente artigo os toma como hipótese a ser confrontada pelo caso concreto: é o exame da práxis de Palmério que dirá se tais categorias se confirmam ou se quebram diante das fontes primárias. Ao observar a realidade do sertão sob o escrutínio e o domínio das classes dominantes locais, percebe-se que o debate sobre o corporativismo da sociologia paulista e o conceito de transformismo molecular em Dreifuss (1981; 1986) apresentam horizontes profícuos; exige-se, contudo, a incontornável incorporação da lente teórica de Frantz Fanon para que se apreenda a dimensão ontológica dessa expropriação. É a crítica anticolonial fanoniana que permite desnudar o sertanejo, o caboclo e o peão como autênticos sujeitos colonizados em seu próprio território, submetidos a uma modernização que reitera, sob novas roupagens técnicas, a violência da usurpação original.

Para dar contorno a essa mecânica, a investigação articula três feixes de fontes primárias: os discursos parlamentares de Palmério, sua monografia redigida na Escola Superior de Guerra (ESG) e os levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse tripé documental é analisado sob a categoria conceitual de aparelhos de hegemonia (instituições, espaços ou agentes que organizam, mediam e cristalizam o domínio de uma classe sobre as demais), revelando a complexa rede de consensos que o político trabalhista manobrava para forjar a aceitação do seu projeto.

O IBGE comparece na análise como o fiador técnico da "ideologia do subdesenvolvimento", produzindo diagnósticos robustos sobre a integração territorial e o debate em torno da nova capital, frequentemente cotada para o Triângulo Mineiro (região cuja autonomia Palmério advogava). O contraste metodológico entre o instituto (enquanto aparelho que ainda abrigava formulações reformistas para o interior) e a ESG (autêntica usina ideológica das elites transnacionais, onde o deputado defendeu sua tese) torna-se analiticamente produtivo. Esse atrito documental demarca o distanciamento de Palmério em relação às saídas estruturais propostas pela ideologia do subdesenvolvimento e confirma sua adesão irrestrita à gramática da modernização conservadora (Dreifuss, 1981).

Ao descer ao nível da atuação parlamentar, as flagrantes contradições entre a evocação de um clamor popular e a defesa estrita do patronato zebuzeiro exigem revisitar os conceitos da sociologia paulista sob o peso da condição periférica e colonial. O cruzamento entre a atuação discursiva na Câmara e a rigidez da formação doutrinária militar evidência como a atuação do parlamentar operou,

de maneira simultânea, na expansão da capilaridade eleitoral do trabalhismo e na sedimentação de um consenso inabalável em torno do latifúndio modernizado.

O saldo dessa dupla atuação configurou um autêntico "transformismo molecular" no seio da sociedade civil. Ao esvaziar o potencial reivindicatório das classes populares (reduzidas a parceiras-fantasmas do processo) e celebrar a higienização territorial contra os povos originários, a práxis política de Palmério integra-se à conjuntura de transformação golpista. Ele representou de forma assimétrica o capital, infiltrando na máquina do PTB uma concepção de modernidade elitista e excludente, absolutamente refratária ao reformismo nacionalista que disputava a época. Essa cooptação ideológica (ao costurar o progresso técnico com a blindagem do status quo agrário e a alienação dos condenados da terra) aponta para a gênese da aliança de classes que desembocou no golpe em João Goulart.

UMA CAPITAL PARA O SERTÃO

Compreender a atuação de Palmério exige situar o Triângulo Mineiro na lógica mais ampla de expansão territorial brasileira, da qual sua retórica regionalista é herdeira. A expansão para o interior do Brasil constituiu, já no ocaso do Império, a alternativa basilar para contornar a crise de realização da mercadoria paulista (Oliveira, 1981). A historiografia contemporânea demonstra que a República aprofundou esse movimento e, simultaneamente, franqueou novas formas de acesso ao crédito ao oeste paulista, pavimentando um novo projeto de poder (Soares, 2024). As marcas da hegemonia dessas frações no bloco dirigente conviviam com as fricções geradas por sua própria expansão territorial; afinal, o avanço da fronteira implicava a constituição de um mercado consumidor cada vez mais complexo e heterogêneo.

Desde os alvoreceres do regime republicano, a consolidação do Estado operou por meio de disputas associativas entre as frações dominantes. O aparelho estatal assumiu a mediação desse processo, voltando-se à organização seletiva dos interesses do patronato rural. No âmbito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), estimulou-se a articulação de diferentes polos regionais do capital agrário em torno de um projeto comum de modernização sem ruptura (Mendonça, 1997). Essa progressiva centralização do Estado na arbitragem entre as demandas agrárias e os imperativos da industrialização delineou o terreno das transformações que seriam consolidadas após 1930.

O período consagrado pela "Marcha para o Oeste" explicita a simbiose entre o amadurecimento organizativo do empresariado e a burocracia estatal. A expansão do poder político de oligarquias até então subalternas (a exemplo do patronato pecuarista do Brasil Central) conferiu-lhes nova centralidade tática, integrando-as ativamente às barganhas institucionais (Borges, 2008). A unidade política forjada entre fazendeiros do interior paulista, de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso materializa uma concepção de "Sertão" que passava a ser rigorosamente formulada pelos intelectuais de Estado.

O domínio da sociedade civil pelo corporativismo estatal organizou a lógica dessa modernização; os grupos tradicionais foram conservados no poder; as bases materiais e institucionais de sua atuação, todavia, sofreram profundas transmutações; o Estado mobilizou seu aparato político para induzir a homogeneização do espaço, com especial ênfase nas rotas abertas pela expansão da mercadoria paulista. Foi sob essa égide que o aparelho hegemônico passou a produzir diagnósticos e representações sobre o "Brasil Central", alçando a região ao centro da agenda política.

A partir de 1946, os debates documentados no IBGE conferem a essa porção do território uma incontestável relevância estratégica. Uberaba despontava como cidade média de destaque (figurando entre as maiores de Minas Gerais e do país) e reforçava sua posição na leitura do território nacional como um problema de integração espacial (IBGE, jul.-set. 1946, p. 23–31). Economicamente, o município apresentava uma produção agrícola modesta de café e arroz, somada à baixa participação canavieira. A expansão da fronteira pecuária, por sua vez, ditava a dinâmica demográfica regional: a incorporação de terras avançava em um ritmo superior ao do crescimento populacional, resultando em uma acentuada queda na densidade habitacional (IBGE, jan.-mar. 1950, p. 79; abr.-jul. 1950, p. 111; jul.-set. 1950, p. 26).

O peso econômico da região repousava quase integralmente sobre a pecuária de elite. Uberaba consolidava-se como o grande centro de comercialização de material genético zebuino destinado aos pastos de Goiás e Mato Grosso; simultaneamente, valia-se de suas conexões ferroviárias e rodoviárias com o litoral para integrar-se aos circuitos mercantis do Sudeste (IBGE, jul.-set. 1947, p. 73; 84). O perfil delineado revela uma inserção regional pautada pela circulação e pela função de entreposto logístico, em detrimento da edificação de uma base industrial própria.

O território era concebido, ademais, como a plataforma estratégica para a ocupação da Amazônia e para a travessia das chamadas "terras-de-ninguém" (IBGE, abr.-jul. 1948, p. 6–25). Essa representação nutriu o crescente interesse científico e político pelo Planalto Central, cujos levantamentos topográficos e botânicos balizaram a disputa pela localização da nova capital federal.

Em 1948, a Revista de Geografia detalhou o embate entre duas propostas concorrentes: a da maioria da comissão, favorável a uma vasta gleba no estado de Goiás, e a da minoria, defensora de um perímetro de cerca de 6.000 km² situado no sul goiano e no Triângulo Mineiro, nas cercanias de Uberlândia (IBGE, jul.-set. 1948, p. 117). No ano seguinte, um novo estudo classificou a zona Uberaba–Araxá como a segunda melhor opção para sediar a capital (atrás apenas do Alto Paranaíba); o documento concluía, paradoxalmente, recomendando outras três zonas distintas, incluindo o eixo Uberlândia–Tupaciguara (IBGE, out.-dez. 1949, p. 68).

A concretização de Brasília no âmago do mapa brasileiro não rompeu a lógica de exploração territorial pretérita. Como advertiu Frantz Fanon (1961), a promessa de desconectar a altivez litorânea do Rio de Janeiro e interiorizar o desenvolvimento legou uma metrópole tão excludente quanto a anterior. A herança monumental resumiu-se, em termos práticos, à abertura de uma imensa estrada através da selva. Essa vocação contínua de mera via de escoamento desnuda as contradições intrínsecas ao modelo getulista e à própria ideologia do subdesenvolvimento (Ianni, 1975). A tentativa de forjar uma soberania industrial interna colidiu frontalmente com os inescapáveis limites neocoloniais de uma nação dependente. Alimentou-se a ilusão de que a expansão artificial do Estado-nação integraria o cidadão; a marcha modernizadora, no entanto, erigiu-se sobre a exclusão sistemática de outros modos de existência.

É essa mesma lógica de interiorização sem ruptura colonial que se reproduz, em escala regional, no projeto de Palmério para o Triângulo Mineiro. A crítica voltada à condição periférica, subdesenvolvida ou dependente aponta para o esgotamento histórico tanto do modelo getulista quanto do modelo internacionalista (Ianni, 1975). Impõe-se, contudo, uma demarcação rigorosa: o programa desenhado pela ideologia do subdesenvolvimento pressupunha reformas de base e o combate frontal às desigualdades, elementos sem qualquer equivalência na ideologia da modernização conservadora. Esta última incentivou abertamente os nexos entre latifúndio, imperialismo e indústria, abdicando de qualquer tentativa de conciliar ou subordinar o capital ao trabalho. A caracterização estrutural do pensamento neocolonial funciona como baliza analítica para compreender como o mimetismo entre os projetos de desenvolvimento ofuscou suas divergências qualitativas. É sob a pressão dessa tensão que os limites do trabalhismo e seu caráter neocolonial transparecem na trajetória de Palmério. Em sua atividade parlamentar, a retórica progressista recua, prevalecendo a adesão orgânica aos imperativos da modernização conservadora e do modelo internacionalista.

DO SUBDESENVOLVIMENTO À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Os diagnósticos do IBGE sobre a região Centro-Leste revelavam uma economia de base primária, caracterizada pela frágil industrialização e pela reduzida incorporação de valor. A pecuária orientava-se quase exclusivamente ao corte; o leite, na maior parte das vezes, era destinado aos novilhos, restando uma atividade de beneficiamento incipiente e restrita às áreas logisticamente favorecidas (IBGE, jan.-mar. 1952, p. 113). O setor fabril limitava-se à produção de charque e couros salgados no sul goiano, ao passo que a fabricação de laticínios permanecia atrelada à demanda de Belo Horizonte. Uberaba, nesse contexto, destacava-se fundamentalmente como centro comercial de reprodutores zebuínos, falhando em projetar-se como polo industrial (IBGE, jan.-mar. 1952, p. 114–115). O Instituto identificava, assim, a especialização primária e a fragilidade da base produtiva regional, reconhecendo abertamente seus limites estruturais.

A rudeza desse quadro conviveu, contudo, com formulações voltadas à racionalização do espaço por intermédio da otimização produtiva. Estudos da época correlacionaram o crescimento demográfico à expansão da infraestrutura de transportes (Carvalho, 1952, p. 79–84), sugerindo a integração logística como condição primaz para o desenvolvimento regional. Em 1957, o próprio IBGE propôs a implementação de uma agricultura moderna e em larga escala para o Sudeste do Planalto Central (abrangendo Uberaba e Uberlândia), sob o argumento de que a dependência pecuarista em relação a frigoríficos distantes, a exemplo de Barretos, constituía um grave entrave ao progresso local.

Tais levantamentos convergiam na crença da capacidade indutora do Estado para superar gargalos estruturais, buscando a ampliação da produtividade e a formalização do trabalho como esteios para a criação de um mercado interno robusto. Ainda no mesmo periódico, chegou-se a defender uma reforma agrária concebida não sob a ótica da democratização do acesso à terra, mas como um mecanismo de "segurança à terra como fonte de crédito" (Leite, 1959, p. 21). Reconhecia-se, concomitantemente, que culturas como a do arroz amarelo integravam um uso do solo destinado ao consumo de luxo (Mesquita, *ibid.*, p. 45). Restava evidente que, mesmo no setor agrícola, a formação dos mercados internos operava de maneira restrita e hierarquizada, reproduzindo padrões de consumo elitizados que asfixiavam a expansão da demanda popular.

Impôs-se, diante daquele cenário, a urgência de intervenções vinculadas a um amplo programa de reformas. O objetivo central seria desarticular a exclusividade da pecuária de elite e do consumo suntuário em favor de uma produção orientada aos interesses gerais, estabelecendo o consumo

popular como o eixo de realização das mercadorias. A ideologia do subdesenvolvimento, em sua formulação original, ainda comportava essa dimensão crítica e propositiva ao apontar para a necessidade imperiosa de alterar as relações de poder no campo.

Esse amplo horizonte de reformas econômicas estruturais — voltado a costurar a participação popular aos mecanismos de intervenção estatal e à remodelação do mundo rural —, contudo, não encontrou ressonância no programa de Mário Palmério. O deputado trabalhista advogava sistematicamente pela independência do Triângulo Mineiro, escorando-se na autoridade técnica dos órgãos oficiais: "Se os técnicos especializados do I.B.G.E. defendem a tese da nova divisão política do Brasil, é porque a reputam patriótica e fundamental para o progresso da nação" (PALMÉRIO, 2005, p. 18).

Seu estudo redigido na Escola Superior de Guerra (ESG), "O núcleo central brasileiro", assimilava os diagnósticos do IBGE sobre a estagnação regional, mas os inseria em um circuito ideológico oposto. Enquanto a ideologia do subdesenvolvimento clamava por reformas estruturais para internalizar o centro decisório, a modernização conservadora sequestrou esse diagnóstico para legitimar a expansão agropecuária sem alterar a posse da terra, fazendo da natureza um mecanismo de acumulação primitiva. Esse transformismo molecular operou em um cenário de esgotamento agroexportador e consolidação do "modelo internacionalista" (Ianni, 1975; Oliveira, 1981), marcado pela expansão das oligarquias financeiras no campo (Cassiano, 2025).

Dreifuss (1981) identifica nesse modelo a consolidação de uma elite orgânica tripartite (tecnó-empresários, tecnoburocracia e militares), cuja "congruência de valores" era institucionalmente forjada na ESG. Lemos (2026) documenta essa dinâmica nas viagens de estudo da Escola: em 1953, ao receber a comitiva esguiana, o presidente da FIESP, Antônio Devisate, celebrou o estrito entrelaçamento entre os "problemas da defesa nacional" e "da indústria brasileira". A monografia de Palmério reflete perfeitamente essa rede de sociabilidade. Não por acaso, ele escora seu texto em conferências proferidas na própria ESG, como a de Guerreiro Ramos (1955) sobre as "características psico-sociais do povo brasileiro" — o mesmíssimo autor acionado pelo Fórum Roberto Simonsen para justificar a ingerência militar na segurança industrial paulista.

A complacência de Palmério com esse projeto revela-se, paradoxalmente, pelo uso subalterno de dados críticos. Ao tratar dos minerais nucleares, ele cita o engenheiro Heitor Façanha, do Departamento Nacional da Produção Mineral (1954), segundo o qual a monazita exportada pelo Brasil entre 1937 e 1940 — mineral que a própria monografia classifica como de "mais alta relevância estratégica" — valera ao menos 40 bilhões de dólares, mas fora vendida por apenas 6 milhões: "cerca

de sete mil vezes menos", ou, na própria imagem do técnico, a troca de "minerais atômicos por ninharias". Palmério transcreve essa denúncia da dilapidação, bem como o relato da orientação direta de "especialistas americanos" sobre as reservas de Poços de Caldas e São João del Rei; investigações então conduzidas sob convênios comerciais vigentes que obrigavam o Brasil a exportar esses minérios uraníferos exclusivamente para os Estados Unidos. Mesmo de posse desse diagnóstico técnico, que aponta tanto a dilapidação quanto sua causa estrutural, o silêncio político de Palmério é eloquente: nem a denúncia nem o convênio que a explica se convertem em pauta de soberania ou de revisão dos acordos.

Na esfera agrícola, a omissão repete-se. A brutal concentração fundiária (86% da área no Rio de Janeiro) e o consequente êxodo rural são mapeados, mas o pecuarista do Centro-Leste é romantizado como "visionário". A penúria sanitária e os parcos 26% de alfabetização em Minas Gerais importavam apenas pelo risco que representavam à estabilidade social. A solução de Palmério — disciplinamento e incorporação técnica em detrimento da emancipação — espelha fielmente o paternalismo patronal da época. Como declarara Devisate (FIESP) em 1953, competia a órgãos como o SESI cuidar da "saúde física" e "moral" do operário mediante "preparação espiritual" e "exaltação dos sentimentos cívicos" (*apud* Lemos, 2026, p. 328), operando como autêntica tática contrarrevolucionária preventiva (Fernandes, 2020).

A monografia de Palmério é, portanto, a evidência documental de que o "transformismo" se materializava por meio de gêneros textuais assépticos, que travestiam a tragédia social em neutros inventários de produtividade. Infiltrado na legenda trabalhista, Palmério operou como intelectual orgânico desse amálgama: suprimiu a reforma agrária e serviu como anteparo ao avanço do PCB (Delgado, 2003), organizando o lugar do latifúndio no coração do novo regime de acumulação e esvaziando, de forma indelével, o conteúdo de classe do PTB no Brasil Central.

A BANCADA AGROPECUARISTA DO TRIÂNGULO

O projeto de emancipação territorial defendido por Palmério inscreve-se em um debate mais amplo sobre a reconfiguração do republicanismo brasileiro, tendo como principal bandeira a separação política do Triângulo. As dissidências com o governador Juscelino Kubitschek avolumavam-se, sinalizando uma ruptura de novo tipo entre o PTB e o PSD. Tornava-se necessário, nesse cenário, deslocar o eixo do discurso: em vez da crítica pessoal aos governantes estaduais, a "Reforma Territorial" passava a funcionar como o instrumento retórico capaz de "promover o bem

geral da Nação" (Palmério, 2005, p. 40). A justificativa para alçar o Triângulo à condição de membro emancipado da federação residia na promessa de converter o pujante desenvolvimento econômico regional em representação política direta no Legislativo. Nesse arranjo, os produtores locais não apenas se libertariam das decisões impostas por outros setores, como adquiririam o peso institucional necessário para pressionar por infraestrutura, crédito e políticas de fomento:

Teremos uma autêntica bancada parlamentar em nossas Câmaras... Se já tivéssemos este grupo de parlamentares triangulinos, estariam eles, hoje, falando, pleiteando, levantando questões de nosso interesse... Poderiam, eles (sic) ser os portadores de nossas reivindicações, os únicos capazes e verdadeiramente credenciados para chamar a atenção do país sobre... a criação do Estado do Triângulo! (Palmério, 2005, p. 40)

Esse projeto deve ser lido à luz de um processo anterior de infiltração dos pecuaristas no legislativo regional, que lhes conferira crescente capacidade de pressão política (Borges; Paula, 2026). Lida em conjunto com a monografia que Palmério defendeu na Escola Superior de Guerra — na qual já enaltecia a "visão" dos pecuaristas — e com a crise institucional que antecedeu sua posse, a recorrência do tema pecuário em seus discursos sugere que a bandeira da emancipação territorial funcionava, na prática, como veículo dos interesses do ruralismo zebuzeiro. Essa leitura é reforçada pela disparidade entre os agentes sociais efetivamente nomeados no discurso parlamentar: ao elencar as particularidades do Triângulo, o traço mais recorrente e enfaticamente defendido era o gado:

Sr. Presidente, há, naquela região, diversas coincidências interessantes. Lá, criase o zebú (sic), o tão acusado zebú (sic), mas que todos sabemos ser a salvação da pecuária nacional. Peço para isto o testemunho dos criadores do Norte do país, dos criadores de Goiás, de Mato Grosso e dos de todas as zonas territoriais brasileiras de clima inóspito, tropical as quais, sem o zebú (sic) não teriam pecuária. Há a coincidência de possuir larga faixa de terras de cultura que podem ser consideradas como as das melhores do mundo... (Palmério, 2005, p. 16)

Essa seletividade representativa atinge um ponto particularmente revelador na sessão de 24 de janeiro de 1952, quando o deputado leva à tribuna uma demanda que reproduz de perto a pauta da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM): a importação de reprodutores clandestinos. Em contraste, os sindicatos operários e rurais aparecem uma única vez ao longo dos discursos analisados (diluídos entre outras instituições mencionadas de passagem, sem que lhes seja atribuída pauta ou reivindicação própria).

O "popular" parece ganhar voz na oratória de Palmério principalmente quando instrumentalizado em defesa do projeto separatista do Triângulo; sobretudo nos episódios de revolta contra a cobrança de impostos pelo governo estadual:

O Sr. Secretário das Finanças de Minas Gerais mandou instalar, nas entradas e saídas daquelas cidades, postos fiscais, com a incumbência de taxar mercadorias, examinando, rigorosamente, todo e qualquer veículo que por ali transite. Fazendeiros residentes no Município não podem mais levar um saco de sal ou de cimento para sua fazenda, nenhum material de que obrigatoriamente necessite, para serviços em sua propriedade, a não ser acompanhado de guia extraída na Superintendência. E não podem mais transportar um frango, uma galinha, uma dúzia de ovos, enfim, qualquer mercadoria de produção de suas fazendas, sem que os fiscais estaduais a taxe, e a taxa é feita "manu militari", com a presença de policiais embalados, da Fôrça Pública! (Palmério, 2005, p. 36)

A imprecisão do termo "fazendeiro" dificulta, à primeira vista, a identificação de classe dos sujeitos mencionados. Ainda assim, o contexto sugere que a defesa da livre circulação de mercadorias respondia, em primeiro plano, à lógica de escoamento da produção destinada à exportação litorânea: privilegiando, portanto, os interesses dos grupos produtores já consolidados. Nesse sentido, a insatisfação popular com a tributação parece ser absorvida discursivamente e reconvertida em sustentação para o projeto de emancipação do Triângulo:

Deixo a tribuna reiterando o nosso protesto contra a violência do atual Govêrno do Estado e o responsabilizando pela intranquilidade e violências que têm lugar, hoje, nas cidades do Triângulo. O povo quer trabalhar, quer produzir, quer progredir, quer justiça paar [sic] poder gozar de tranquilidade... Não foge ao pagamento de impostos justos e razoáveis. Sempre os pagou. O que não quer é porteiros e soldados entrando o seu trabalho, tomando o seu tempo e praticando violências. Não quer continuar a ser injusta e torpemente humilhado. Não quer é ver seu dinheiro arrancado e levado para longe (sic) Devolvam-nos o nosso dinheiro com benefícios... Construam estradas para o escoamento da nossa gigantesca produção agropecuária... Dê-nos luz, água, esgotos, escolas, hospitais para as nossas cidades e todos pagaremos os impostos co (sic) mprazer (sic). Saibam, porém, cobra-los com dignidade, porque o nosso povo não suporta mais humilhações. (Palmério, 2005, p. 38)

O conflito fiscal parece, assim, ser mobilizado retoricamente para justificar a cisão entre Minas Gerais e o Triângulo: a reivindicação por infraestrutura e pelo fim da taxa converge, ao final, para o mesmo ponto no qual o deputado defende a centralidade do zebu, isto é, a exigência de estradas para o "escoamento da nossa gigantesca produção agropecuária" (Palmério, 2005).

Os elementos semânticos despolitizantes e tecnicistas não se restringem à sua monografia na ESG, pois estão contidos na natureza do discurso de Palmério. A emancipação territorial era apresentada não como um impulso regionalista, mas como conclusão técnica e

supostamente inevitável, "baseada em fundamentos históricos, geográficos e econômicos" (Palmério, 2005, p. 56). Essa estratégia discursiva cumpria um duplo papel: conferia autoridade às propostas do deputado e deslocava uma disputa de natureza política e social para o registro de um imperativo administrativo.

Os limites desse projeto, no entanto, tornam-se visíveis quando se examina sua concepção de povo e de ocupação do território. Palmério descreve, em tom claramente elogioso, o processo histórico pelo qual as "férteis terras triangulinas foram sendo expurgadas dos gentios, tornadas habitáveis pelos povos pacíficos" (Palmério, 2005, p. 50), formulação que expõe o substrato colonial de sua narrativa sobre ocupação e progresso. É também à luz dessa visão que sua defesa de um plebiscito emancipatório merece leitura mais cautelosa. Ao propor que o Congresso "submeta as populações interessadas a um plebiscito" (Palmério, 2005, p. 62), o parlamentar parece buscar menos uma deliberação ampla do que a chancela popular para uma decisão já tomada em outras instâncias.

Esse mecanismo aproxima-se do que Weffort (2003, p. 13) descreve, em sua análise do populismo brasileiro, como a antecipação das elites: estas tutelam o processo político, mantendo o povo na posição de "parceiro-fantasma". Lido nesses termos, o plebiscito proposto por Palmério representaria não um instrumento de transferência de poder às massas, mas um mecanismo de legitimação formal para uma demanda formulada sem sua participação direta.

A bandeira do Triângulo distancia-se, assim, de qualquer organização autônoma e horizontal da população local. Como pastiche do debate sobre Brasília, a identidade "triangulina" atua sistematicamente para mascarar e inserir de maneira corporativa os indígenas, caboclos, mascates, peões, que compõem o sertão dos confins. O resultado da independência política seria um espaço legislativo direto aos criadores de zebu. De tal maneira, Palmério constituiu uma dupla intervenção: na cena ideológica, agiu em consonância com o transformismo molecular operado pelos aparelhos de hegemonia das elites orgânicas transnacionais; na cena política, buscou ampliar a representação dos pecuaristas; na cena social, agiu pela contrarrevolução preventiva, esvaziando os espaços de representação dos trabalhadores.

CURRAL PARA O ZEBU E URNA PARA O CIDADÃO

Entre 1951 e 1962, a reforma agrária esteve ausente das proposições de Palmério. A exceção ocorreu em 1953, quando endossou em plenário uma carta do prefeito de Campanha (MG), que classificava a partilha de terras como "precipitada e até mesmo perigosa se não houver antes um trabalho de base que venha esclarecer as nossas populações rurais" (*apud* Palmério, 1953, p. 103). O deputado deslocou, contudo, o impasse fundiário para o estrito registro do ensino rural. Essa manobra encontra respaldo na historiografia sobre a educação campestre no período: a extensão rural e o ensino doméstico operavam como um projeto disciplinador e conservador do Estado para suprimir potenciais conflitos agrários e evitar a redistribuição material, esvaziando a luta de classes sob um viés pretensamente civilizatório (Pinheiro, 2016).

A recusa em alterar as bases de propriedade no campo convergia, paradoxalmente, com a defesa de uma modernização político-eleitoral. Em 1962, Palmério subordinou as mudanças estruturais à "mais importante delas: a reforma eleitoral" (Palmério, 1962, p. 152). Sua ardente defesa da adoção nacional da cédula única — criticando duramente a emenda restritiva do Senado — ancorava-se na denúncia da coerção física e da fraude características do "curral eleitoral". Contudo, o próprio deputado elucidou os reais beneficiários da mudança: a cédula única favorecia "os Deputados realmente conhecidos nos seus Estados" (*Ibid*, p. 150), com sólida capacidade de mobilização, prejudicando candidatos estritamente paroquiais. Em outros termos, a reforma eleitoral beneficiava lideranças consolidadas com ampla base territorial: justamente o perfil do patronato zebuzeiro a quem se desejava consolidar uma bancada própria.

O poder político dos criadores de zebu, portanto, estava diante de reconfigurar-se. A nova hegemonia proposta deixava de legitimar-se pela dominação coercitiva direta para assumir a forma racional-legal e burocratizada (Weber, 1991). Tal passo condiz com o contexto do "Estado de compromisso" (Fausto, 1997), em que a dominação classista e regionalizada perpetuava-se ocupando a sociedade civil, isto é, em que a cidadania liberal é tutelada pelo Estado. O que se exigia do antigo coronel era que seu monopólio político não operasse mais como um direito exclusivamente coercitivo, mas que seu poder econômico assumisse a aparência impessoal das instituições liberais, disputando e vencendo nas urnas sem jamais submeter a propriedade da terra à deliberação popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória política e intelectual de Mário Palmério (examinada sob a intersecção de suas intervenções parlamentares, de sua monografia na Escola Superior de Guerra e da apropriação seletiva dos diagnósticos do IBGE) revela-se um caso paradigmático das contradições inerentes ao trabalhismo e ao projeto desenvolvimentista no Brasil Central. O programa encampado pelo deputado refutou qualquer ruptura com as estruturas arcaicas do latifúndio ou com os liames da dependência externa; pelo contrário, operou uma rigorosa síntese conservadora. Palmério atuou, no limite, como o vetor central de infiltração do transformismo no âmago da política trabalhista brasileira.

A análise de sua práxis desvela o esgotamento do trabalhismo enquanto projeto de soberania nacional e veículo de representação autêntica da classe operária. No Triângulo Mineiro, a agremiação configurou-se como um partido formalmente voltado aos trabalhadores, falhando estruturalmente em ser um partido forjado por eles; funcionava como um aparato de mediação e fabricação de consensos a serviço da fração agrária dominante. O federalismo despolitizado e a defesa de um plebiscito corporativista evidenciam um projeto de expansão da infiltração pecuarista no Estado. A emancipação democrática das populações locais jamais integrou o horizonte prático. O "povo" assumia a condição de mera abstração funcional no palanque; simultaneamente, indígenas e posseiros eram reduzidos a entraves pré-históricos, sujeitos objetificados que deveriam ser extirpados pela marcha inexpugnável do progresso.

A contribuição nevrálgica deste estudo reside, portanto, na crítica aos limites da historiografia revisionista; ao invés de pressupor a agência popular no pacto trabalhista, transfere-se o escrutínio dos grandes vultos nacionais para um ator regional intrinsecamente enraizado nas dinâmicas de reprodução do capital agrário. Conclui-se que o caso em tela franqueia horizontes fecundos para a continuidade investigativa da formação social brasileira. Mostra-se altamente promissor o aprofundamento de estudos comparativos envolvendo outros líderes trabalhistas de atuação regional (sobretudo naquelas zonas impactadas pela expansão da fronteira agropastoril), visando testar a generalidade e a capilaridade do modelo internacionalista na esquerda reformista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Barsanufio Gomides. **Estado e economia no Brasil Central: o poder dos grandes produtores rurais**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

BORGES, João Pedro Passos de Barros; PAULA, Gabriel de. Da 'Campanha do Reajustamento' ao Estado Restrito: indícios da infiltração e organização política dos pecuaristas. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 39, n. 64, p. 63-75, jun. 2026.

CARVALHO, Eloísa de. Densidade da População Rural no Sudeste do Planalto Central, em 1940,. In: **Revista de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, p. 79-84, abr./jul. 1952.

CASSIANO, Pedro. Acordos bilaterais Brasil e Estados Unidos na agricultura: o caso da extensão rural (1949-1973). In: FONTES, Virgínia (Org). **Capital-imperialismo, dominação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2025, p. 387-436.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-153.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René Armand. **A internacional capitalista: estratégia e tática do empresariado transnacional (1918–1986)**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora Ulisseia: Lisboa, 1961.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 30: História e Historiografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1975.

LEITE, Edgar Teixeira. Brasil País Tropical, Problemas das Regiões Tropicais, A Ocupação dessas Áreas,. In: **Revista de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, p. 3-28, abr./jul. 1959.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Aliança empresarial-militar no Brasil: campos de interação (1950–1964). **Revista Outros Tempos: Pesquisa em Foco – História**, [S. l.], v. 23, n. 41, p. 310-355, 2026. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v23i41.1268>. Acesso em: 4 mar. 2026.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O ruralismo brasileiro (1888–1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. Aspectos Geográficos do Abastecimento do Distrito Federal. **Revista de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, p. 41-65, abr./jul. 1959.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1981.

PALMÉRIO, Mário. Movimento separatista do Triângulo Mineiro (Sessão de 28/6/51). In: BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Discursos do deputado Mário Palmério (PTB) na Câmara Federal (1951-1962)**. Uberaba: Uniube, 2005. p. 13-18.

PALMÉRIO, Mário. **O núcleo central brasileiro: (região Centro-Leste)**. 1955. Monografia (Curso de Altos Estudos) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1955.

PALMÉRIO, Mário. **Vila dos Confins**. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2019.

PINHEIRO, Camila Fernandes. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948–1974)**. 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

REVISTA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, p. 23-31, jul./set. 1946.

REVISTA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, p. 73-84, jul./set. 1947.

REVISTA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, p. 6-25, abr./jul. 1948.

REVISTA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, p. 117, jul./set. 1948.

REVISTA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, p. 68, out./dez. 1949.

REVISTA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, p. 79, jan./mar. 1950.

REVISTA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, p. 111, abr./jul. 1950.

REVISTA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, p. 26, jul./set. 1950.

REVISTA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, p. 113-115, jan./mar. 1952.

SOARES, Rodrigo Goyena. **Entre Oligarquias: As origens da república brasileira (1870–1920)**. São Paulo: FGV Editora, 2024.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamento da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Editora UNB, 1991.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.